



## Dengue já matou 10 pessoas este ano

Em seis meses, Mato Grosso já registrou 10 mortes por dengue. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) na última segunda-feira, 26. Os óbitos foram registrados em municípios do interior: Colíder, Diamantino, Marcelândia, Nova Santa Helena, com uma morte cada; e Juína, Primavera do Leste e Rondonópolis, com duas mortes cada.

Além dessas vítimas fatais, a SES-MT ainda investiga outros seis prováveis óbitos causados pela doença. Até o momento, o estado notificou 34.744 casos de dengue, dos quais 19.442 foram confirmados e outros 21.230 têm status de prováveis

PÁG. 8

## Oitiva de Edna causa confusão na Câmara

A sessão ordinária de quinta-feira, 29 de junho, foi tumultuada na Câmara de Cuiabá, com trocas de acusações e áudio cortado, que levaram à suspensão da reunião. O motivo dessa confusão foram as declarações feitas pela vereadora Edna Sampaio (PT), durante seu depoimento à Co-

missão de Ética e Decoro Parlamentar, no processo que apura denúncia de rachadinha com verba indenizatória de sua chefe de gabinete. Na ocasião, Edna citou que outros vereadores também já foram acusados de rachadinha

PÁG. 4

Gilberto Leite



## Bolsonaristas de MT criticam condenação

Os deputados bolsonaristas de Mato Grosso reagiram à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tornou o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) inelegível por 8 anos. A conclusão da votação aconteceu na sexta-feira, 30, e terminou com o ex-presidente condenado por cinco votos a dois, por abuso de poder abu-

so de poder político e uso indevido dos meios e comunicação. Em síntese, eles afirmam que a decisão do TSE representa enfraquecimento da democracia brasileira, mas dá ainda mais força política para o ex-presidente. "Seremos ainda mais fortes, mais unidos, e ainda teremos em Bolsonaro a representatividade"

PÁG. 3

## AL aprova projeto que proíbe transporte de pescado por 5 anos

Sob protesto dos pescadores, os deputados estaduais aprovaram o substitutivo integral ao projeto de lei do governo que proíbe o transporte, armazenamento e comercialização de peixes dos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos, apelidado de "Transporte Zero". A votação final da matéria ocorreu durante a sessão ordinária de quarta-feira, 28 de junho. Foram 15 votos favoráveis e 8 contrários à proposta. Agora, o texto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União) e a proibição começa a valer no dia 1º de janeiro de 2024

PÁG. 5



## Deputados vão recorrer à Justiça

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) prometeu ir "até o fim do mundo" para derrubar o projeto de lei conhecido como "Transporte Zero", que proíbe o transporte, armazenamento e co-

mercialização de peixes dos rios de Mato Grosso pelos próximos cinco anos. O texto foi aprovado pela Assembleia Legislativa nesta quarta-feira, 28 de junho, com 15 votos favoráveis e 8 contrários.

Quem também pretende acionar a Justiça para derrubar o Transporte Zero é o deputado estadual Lúdio Cabral (PT). Em conversa com jornalistas, ele enfatizou que o Ministério Público Fede-

ral (MPF) já abriu inquérito para acompanhar a tramitação do projeto e o possível descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

PÁG. 5

## Decisão do TRF pode alterar a AL

A 10ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos de uma ação civil pública contra o ex-prefeito

de Chapada dos Guimarães, Gilberto Mello (PL), por improbidade administrativa. A decisão pode alterar os quadros da Assembleia Legislativa. Mello foi candidato

a deputado estadual nas eleições do ano passado, mas os votos que recebeu foram congelados por ter concorrido sub judice, devido à condenação por improbidade admi-

nistrativa. Caso os votos sejam descongelados, o PL pode conquistar uma vaga no Parlamento, que havia ficado com Juca do Guaraná (MDB)

PÁG. 3

## Taxa do lixo vem na próxima conta

PÁG. 6

## EDITORIAL

## Tecnologia é o básico

Aquela velha imagem que se tem de um Mato Grosso rural e puramente agrário está cada vez mais ultrapassada e destinada a ficar somente nas páginas da história. É cada vez maior o número de mato-grossenses que estão despontando nas áreas de tecnologia e inovação, provocando uma verdadeira revolução no 'celeiro do mundo', um processo que tende a crescer de forma exponencial à medida que o tempo passa e o conhecimento se multiplica.

Antigamente insípida, a indústria mato-grossense tem tido papel relevante nesse quesito, abraçando as transformações da 'indústria 4.0' e mudando a dinâmica de produção

de riquezas em nosso estado. O movimento ainda está no começo, mas representa a chance de virada para um estado que, até então, dedicava-se a extrair da terra tudo o que produz. O grande desafio que se põe agora é formar profissionais que tenham as qualidades que esse 'novo mundo' demanda.

No contexto atual de intensa competição, o conhecimento é a peça-chave para que indivíduos, empresas e países estejam aptos a enfrentar as mudanças que estão em curso e consigam intensificar a geração de inovação. Para isso, é preciso repensar o modelo de formação de profissionais e as ferramentas que são utilizadas nesse

processo. Algumas instituições em Mato Grosso estão liderando esse processo e colhendo resultados bastante promissores, levando outra imagem de nosso estado para fora.

Um dos fatores que poderia contribuir – e muito – para agilizar essa transformação é a construção do Parque Tecnológico de Mato Grosso, que parece ter travado no 'protocolo de intenções' e ido pouco além da vontade. Lançado em 2015, o Parque deveria ser um grande laboratório para empresas e universidades mato-grossenses, propiciando um salto de inovação e qualidade na formação dos profissionais que vão ajudar a construir a economia do futuro em nosso estado. Cinco anos depois, o projeto continua existindo apenas nas intenções, avançando apenas

no campo dos debates e eventos, mas não em espaço físico.

O parque tecnológico Mato Grosso, localizado na região do Chapéu do Sol em Várzea Grande, é considerado o maior projeto estratégico para o desenvolvimento da inovação tecnológica e científica no estado, tendo como áreas prioritárias agronegócio, biotecnologia, química verde e novos materiais, geociências e tecnologia da informação e comunicação (TIC). Essas áreas foram escolhidas pensando na vocação econômica de Mato Grosso.

Conforme o coordenador do Parque Tecnológico, doutor Rogério Nunes, a análise locacional concentrou atenção em Várzea Grande e entorno impactando onze municípios que reúnem 40.720 empresas com 533.494 empregos, represen-



tando 29% das empresas e 40% dos empregos de Mato Grosso.

Enquanto entendemos os problemas que foram enfrentados nos últimos anos, entendemos como essencial a retomada da implantação do Parque Tecnológico, para dar vazão à capacidade inventiva dos profissionais que estamos formando em nosso estado. Se com a pouca estrutura que temos, já temos colhido tantos bons resultados, imagine o que será possível quando tivermos 'asas para voar'.

## Pouso suave dos juros

Vivaldo Lopes (\*)

Um pouso suave e seguro. Parece ser esta a estratégia definida pela direção do Banco Central do Brasil para a derrubada da taxa básica de juros (Selic) dos atuais 13,75% em direção ao patamar da faixa reconhecida pelos especialistas como a taxa neutra de juros, algo entre 6% e 7%. Conceitualmente, taxa neutra de juros é aquela que nem acelera, nem contrai a atividade econômica. Considerando a meta de inflação de 3% para 2024, chega-se à taxa neutra de juros na faixa de 6 a 7% ao ano. Atualmente, a taxa real de juros no Brasil está em 7,54% (taxa básica de juros menos a inflação), uma das maiores do mundo.

A despeito de todos os números e indicadores fiscais e econômicos indicarem o contrário, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, insiste em manter a taxa Selic elevada, sem nenhuma sinalização segura de quando vai iniciar o processo de redução. A inflação movimentou-se para baixo há cinco meses sequentes. O IGP-M (FGV), índice que mede a variação de preços

no atacado e matérias primas, está negativo (-6,72%) um dos menores patamares da sua história. A inflação anual, medida pelo IPCA, caiu para 3,94% em maio e o IPCA-15 de junho recuou para 3,4%. O dólar, um impulsor de preços, está cotado a R\$ 4,80. A taxa de desemprego está em rota declinante e a maior agência de avaliação de risco do mundo, a Standard & Poor's, melhorou a nota de crédito do Brasil neste mês, sinalizando ao mercado global que o país está retornando ao status de bom pagador de sua dívida. Outro relevante indicador de percepção de risco, é o chamado CDS (Credit Default Swap), que estava em 265 pontos em março e caiu para 177 na última sexta-feira. Esse movimento espontâneo do mercado mundial de crédito demonstra que o seguro para empréstimo no Brasil caiu mais de 80 pontos nos últimos meses, reafirmando mais confiança do mercado financeiro global na retomada segura da atividade no Brasil. No campo fiscal, o governo atual não está fazendo ganhas-ganhas destemperadas e está prestes a aprovar no congresso nacional o novo marco regulatório

fiscal e, no segundo semestre, deverá aprovar a reforma tributária, dando demonstração de boa articulação política perante o parlamento nacional que é majoritariamente opositor.

Em suma, todas as condições e variáveis apresentam-se favoráveis para a redução, sem riscos aparentes de reaquecer o fogo inflacionário. Mesmo assim, a direção do Banco Central ainda vê riscos de disparada da inflação no segundo semestre. Sinaliza isso em certo trecho do seu comunicado ao país, ao afirmar que "O mercado de trabalho, que surpreendeu positivamente ao longo de 2022, tem apresentado resiliência, com aumento líquido dos postos de trabalho e relativa estabilidade da taxa de desemprego". Poderia ser interpretado como uma leitura monetária-fantasmagórica: se o mercado de trabalho (emprego) está em alta, teremos mais renda e, conseqüentemente, mais pressão na demanda e isso elevará a inflação. Um exagero metodológico que lembra o "realismo fantástico" do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Ainda assim, a maioria dos analistas de mercado trabalha com o

cenário-base de que o início da redução dos juros será na reunião que o Copom realizará na primeira semana de agosto, finalizando 2023 com a Selic em 12%. Os mais otimistas apostam até em 11,75%.

O Copom ainda vê riscos no mercado de trabalho e no setor de serviços. Este voltou a reaquecer após longo período estagnado, motivado pela pandemia da covid. Há de se entender a histórica dificuldade de conciliar os interesses políticos e a lógica monetária, papel institucional do Banco Central, mas daí a negar as evidentes melhoras dos indicadores, análises do próprio mercado nacional e internacional, vai uma distância que pode dar margens às interpretações de que o Banco Central está querendo ser mais realista que a própria realidade..

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP



## Mais funcionários

Cynthia Lemos (\*)

Eu estava passando pela sala quando, ao lançar meu olhar à TV, vi uma cena que me chamou a atenção. Era um menino com seus oito ou nove anos de idade, em frente a um grande relógio, aberto, e naquela cena específica ele tirava suas peças, observava e separava.

Ao seu lado estava a amiga, também praticamente da mesma idade, ora distraída, ora observando o menino na sua ação concentrada em frente ao relógio.

Neste momento, resolvi me sentar em frente à TV e observar mais um pouco, achei interessante aquela cena de um menino, tão concentrado e envolvido naquela atividade tão adulta.

Depois entendi: o filme era de um menino apaixonado por relógios, vindo de uma família de relojoeiros, o que explicava aparentemente tamanha habilidade com tão pouca idade.

De repente, Hugo, o menino, retira mais uma peça, desta vez pequenininha, quando

comparada ao porte do relógio, e ele vibra em tom alto:

- Achei! Achei a peça que estava travando! A amiga, distraída, retoma o olhar ao amigo e um tanto confusa e curiosa, após tantas horas de dedicação ao relógio desmontado, fala de forma indignada:

- Não acredito! Não pode ser! Como? Uma pecinha desse "tamaninho" pode estar a travar um relógio desse "tamanhão".

- Toda peça importa — ele responde. Hugo posiciona a pequena peça no centro da palma da mão e, ao observar mais alguns segundos em silêncio, complementa:

- Agora minha missão é tentar reparar, se não tiver jeito, terei que trocar. Ali fiquei pensativa e divaguei, já desconectada do filme que seguiu mais alguns minutos com o enredo da história.

E eu segui em pensamento com a minha. Ali estava a representação precisa do significado da palavra funcionário, que tem como objetivo fazer a empresa funcionar.

No sentido racional da palavra, ali havia a representação da importância de cada função

na empresa, o motivo estrutural pelo qual você foi contratado para suprir.

A mesma cena poderia representar também essas funções com seus devidos processos a serem seguidos e que, com as mudanças do mercado, são modelos que precisamos repensar.

Se você hoje está contratado para exercer uma função, esteja atento em sua utilidade e entrega a fazer. Vejo vários profissionais e muitos gestores a colocar peixe para subir em árvore e macaco para nadar no mar, trazendo com o passar do tempo sérios problemas em relação a entregas, com falta de foco e produtividade. Esteja atento a quais funções sua empresa precisa, como deve ser o perfil e habilidade de cada profissional que irá exercê-la e, principalmente, qual ou quais resultados você deve ter.

Tudo que vier a mais, depois, em prol da proatividade, oportunidade de crescimento, motivação, só faz sentido depois da entrega da função principal ter sido realizada com bom resultado. O que vem depois só terá real valor se o básico e necessário da

função for entregue bem-feito.

Pode até ser interessante o peixe subindo na árvore, o macaco nadando no mar, sendo atrativo, curioso, chamando atenção, mas isso nós já sabemos, com o passar do tempo, não vai além de uma boa surpresa que causou entretenimento, percebido depois como tal. Consegue ser bonito, legal e interessante no começo, porém não se sustenta no tempo. Não tem jeito, como empresa precisamos conectar talento com necessidade funcional e entrega com resultado.

CYNTHIA LEMOS é Psicóloga Empresarial e Coach na Grandy Desenvolvimento Humano. Especialista em Desenvolvimento de Líderes e Empresas tem a missão de: Expandir a Consciência e Gerar Ações Transformadoras – para pessoas e empresas que desejam evoluir em seus projetos e objetivos. Email: cynthia@grandy.com.br



## O estoque do autocontrole

Francisney Liberato (\*)

Tenha consciência do seu estoque de autocontrole diário e remaneje suas decisões de forma inteligente.

Quando falamos sobre estoque, nos referimos ao montante comum que existe em todos os lugares. Se você olhar a sua despensa da cozinha, você saberá a quantidade de creme de leite existente.

O estoque funciona basicamente assim: saldo anterior, acrescentando o que foi adquirido, diminuindo o que foi utilizado, só então teremos o saldo, o também chamado estoque final. Você pode fazer essa analogia com o estoque de qualquer produto, como no exemplo do creme de leite.

Em outras palavras, quanto mais utilizamos o nosso estoque de produtos, conse-

quentemente, o estoque final será menor ou, quem sabe, até se esgotará.

Compare ainda com o carregamento da bateria do seu celular: se você deixou a noite toda carregando, pela manhã a bateria estará em 100%. Com a utilização do aparelho, haverá um consumo de bateria, como, por exemplo, chegando ao meio-dia, é provável que tenhamos uma carga aproximada de 50%, se avançamos à tarde e chegamos à noite, é provável que teremos a utilização de quase 100% da carga, nessa situação, é indispensável que recarreguemos a bateria, se quisermos ainda usufruir das funcionalidades do aparelho.

No caso da despensa, onde temos estoque de creme de leite, e considerando ainda o exemplo do aparelho celular, da questão da sua bateria, temos a seguinte informação:

quanto mais usamos, mais gastamos. Se quisermos utilizar novamente, é necessário adquirir novos produtos ou repor a carga necessária.

Assim também é com o nosso autocontrole. Começamos pela manhã com uma carga de controle 100%, na hora do almoço essa carga é reduzida para 50%, e à noite a uma carga de quase 0%.

O que isso quer dizer? Que devemos organizar a nossa forma de trabalhar, pensar e decidir, para que estejamos em consonância com o estoque de autocontrole. Decisões mais complexas e de difícil solução, devemos remanejá-las para o período da manhã, aquilo que tem uma relevância mediana deve ser decidido à tarde, e as que têm pouca relevância poderão ser decididas à noite.

Caso realize reuniões o dia todo, é preferível colocar as reuniões complexas pela manhã e as menos complexas à tarde.

Um detalhe muito importante é o seguinte: não gaste o seu autocontrole com questões irrelevantes e sem valor.

Como o autocontrole é uma energia esgotável, é necessário que readequemos a nossa forma de trabalhar e decidir, considerando o estoque de autocontrole. Agindo assim, é provável que teremos as decisões mais assertivas para a nossa vida, para a nossa família, para o nosso trabalho e para os nossos relacionamentos.

No site da "Superinteressante" temos a seguinte conclusão de uma pesquisa: "Se o professor Baumeister estiver certo, e o nosso autocontrole for limitado, eis aí a primeira técnica para melhorar seu desempenho. Bastaria aprender a gastá-lo o mínimo possível no dia a dia para poder lançar mão dele no que realmente importa. Por isso, use-o com parcimônia. Por exemplo, se no trabalho você gasta o seu autocontrole tentando evitar brigas com aquele seu colega folgado, é possível que de noite você não consiga resistir à porção de uma carne gordurosa no

bar. Você simplesmente gastou toda a disciplina que tinha disponível".

O interessante é saber que todos os dias podemos renovar a nossa carga de autocontrole, desde que tenhamos um descanso e uma mente equilibrada. Descanse e renove as suas energias. Foque no presente, e isso facilitará as questões conflitantes. Descanse e reponha as suas baterias todos os dias.

Vale a ressalva de que se treinarmos a nossa mente podemos aperfeiçoar o nosso controle, fazendo com que ela tenha domínio em todos os períodos e momentos da nossa vida, e, com motivação, não deixará que diminuamos ou esgotemos o autocontrole.

Saiba utilizar o seu autocontrole com questões relevantes e importantes. Não se envolva com questões pequenas, as quais desgastam a nossa energia. Aprenda a relaxar e a descansar, porque assim você terá um novo estoque de autocontrole todas as manhãs.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honório Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade – ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos – Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência Emocional", "Manual do Concurseiro" e "Vade Mecum: Tribunal de Contas de Mato Grosso". www.francisney.com.br



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**IMBRÓGLIO JURÍDICO**

Corte Federal reverte condenação de ex-prefeito de Chapada, que teve votos congelados em 2022; decisão ameaça cadeira de Juca do Guaraná

# Decisão do TRF deve alterar a AL



Da redação

A 10ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos de uma ação civil pública contra o ex-prefeito de Chapada dos Guimarães, Gilberto Mello (PL), por improbidade administrativa.

A decisão pode alterar os quadros da Assembleia Legislativa. Mello foi candidato a deputado estadual nas eleições do ano passado, mas os votos que recebeu foram congelados por ter concorrido sub judice, devido à condenação por improbidade administrativa.

Caso os votos sejam descongelados, o PL, partido do ex-prefeito, pode conquistar a última vaga no parlamento de Mato Grosso, pois conseguiria aumentar



Caso os votos de Gilberto Mello sejam descongelados, Juca pode perder vaga na AL para Delegado Claudinei

seu coeficiente eleitoral. Caso isso ocorra, Juca do Guaraná Filho (MDB), que conquistou sua vaga nas sobras do MDB, perde o assento no Legislativo para dar lugar ao Delegado Claudinei (PL).

Gilberto foi alvo de uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa devido à falta de prestação de contas de um convênio feito com o Ministério da Saúde em 2005, para implementação de ações de educação em saúde

do idoso em Chapada dos Guimarães. No primeiro grau, o ex-prefeito foi condenado a suspensão dos direitos políticos por três anos, perda da função pública, proibição de contratar com o Poder Público e ressarcimento ao erário.

Na época, o liberal alegou a inexistência do ato ímprobo, destacando que o recurso recebido pelo Município foi devidamente aplicado, não sendo de sua responsabilidade a falta de

atendimento integral do convênio. Ele ainda ressaltou que a prestação de contas não foi concluída devido ao desaparecimento das documentações necessárias para o relatório.

O relator do processo no TRF-1, juiz federal Marllon Sousa, descreveu que improbidade administrativa se caracteriza "toda ação ou omissão dolosa praticada por agente público ou por quem concorra para tal prática, ou ainda dela

se beneficie, qualificada pela deslealdade, desonestidade ou má-fé, que acarrete enriquecimento ilícito, lesão ao erário, ou afronte os princípios da Administração Pública".

Em seu voto, o relator comentou que o caso não é falta de prestação de contas, mas sim a ausência de informações mais completas. Neste caso, ele observou que a ausência da prestação de contas não é circunstância suficiente para

caracterizar ato de improbidade administrativa, mas uma mera irregularidade.

O juiz federal ressaltou que o ex-prefeito não agiu com vontade livre e consciente de ofender os princípios da administração pública, "de tal modo que não se pode punir o administrador público despreparado, inábil, mas apenas o desonesto, que tenha a intenção de causar dano ao erário, obter vantagem indevida, o que não é o caso dos autos".

"Ausente o dolo específico no caso concreto, não há que se falar em improbidade administrativa. No caso, embora tenha havido a prestação de contas de forma incompleta, houve aplicação dos recursos no fim previsto no Convênio em questão, como se vê na análise dos documentos acostados aos autos", complementou.

Ao proferir seu voto, o relator destaca que não ficou demonstrado na ação a existência de improbidade administrativa. Por isso, opinou pelo provimento à apelação, para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos da Ação Civil Pública contra o ex-prefeito.

**LEIS AMBIENTAIS**

## "Não vamos aceitar gringos nos insultando"

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) defendeu que o Brasil não deve aceitar que outros países ditem regras ambientais e imponham sanções comerciais descabidas. Durante sua fala no Fórum Empresarial Lide, no Rio de Janeiro, Mauro afirmou que está querendo banir de Mato Grosso as Organizações Não Governamentais (ONGs) que não assinarem um termo de compromisso de respeitar as leis ambientais brasileiras.

"Eu acho que isso deveria ser feito em todo o território. Não podemos aceitar que alguém venha dentro do nosso

país, dentro da nossa casa, nos insultar, desrespeitando a lei brasileira, que acata profundamente os nossos direitos", disse.

Dias atrás, o governador já havia criticado uma legislação europeia que visa proibir a importação de produtos que venham de áreas desmatadas, seja legal ou ilegalmente, uma medida que impacta os negócios que o Brasil tem com os países do Velho Continente. Para ele, essa medida é uma afronta à soberania do país e até mesmo às relações e tratados internacionais.

Mauro ainda destacou que Mato Grosso pre-

serva mais de 60% das florestas em seu território, enquanto os europeus estão aumentando o consumo de carvão, causando danos ao meio ambiente.

"Estamos entre os cinco maiores produtores de alimentos do mundo e somos o maior exportador líquido de alimentos. Algumas narrativas que se constroem contra o Brasil são narrativas que tentam alcançar o seu objetivo, mas de longe não vão conseguir, porque o mundo não consegue sobreviver sem as exportações de alimentos do nosso país", ressaltou.

O governador enfatizou que a legislação

ambiental brasileira é uma das mais restritivas do planeta e, por isso, o Brasil deveria ser visto como um exemplo no quesito proteção ambiental. Além disso, o país tem uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta.

"Aquilo que nós temos no Brasil, talvez nenhum país relevante desse planeta tem, em termos de legislação para proteger o meio ambiente. Ao invés de reconhecer os nossos grandes ativos ambientais, eles ficam lá para proteger as suas emissões, que continuam aumentando 40% das emissões mundiais de carbono", complementou.



Mauro diz que pensa em expulsar de MT as ONGs que não assinarem compromisso de respeitar leis brasileiras

**BOLSONARO INELEGÍVEL**

## Deputados de Mato Grosso criticam decisão

Da redação

Os deputados bolsonaristas de Mato Grosso reagiram à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tornou o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) inelegível por 8 anos. A conclusão da votação aconteceu na sexta-feira, 30 de junho, e terminou com o ex-presidente condenado por cinco votos a dois, por abuso de poder abusivo de poder político e uso indevido dos meios e comunicação.

O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) compartilhou uma imagem com o ex-presidente e afirmou que se trata de um "dia triste para a nação brasileira". Ele destacou que a decisão da Justiça Eleitoral torna Bolsonaro o

maior cabo eleitoral do mundo.

"Inelegível por se reunir com embaixadores, enquanto condenados por corrupção estão elegíveis? Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil", disse.

A vice-presidente do PL Mulher, deputada federal Amália Barros, lamentou o resultado e ressaltou que o ex-presidente não cometeu nenhum crime que justificasse sua inelegibilidade.

"Achem que ao tirar o nosso Capitão da eleição, vão nos tornar mais fracos. Pelo contrário, seremos ainda mais fortes, mais unidos, e ainda teremos em Bolsonaro a representatividade de um país mais justo e livre da corrupção", avaliou.

Para o deputado federal Coronel Assis

(União), o julgamento da ação contra Bolsonaro foi meramente político.

"A maior liderança política de direita no Brasil foi retirada do cenário eleitoral sem ter cometido crime algum. Que democracia é essa em que os opositores são silenciados e impedidos de disputar as eleições? O dia de hoje é uma mancha que ficará para sempre na história do nosso país!", destacou.

"Continuaremos lutando por nossos valores e por tudo aquilo que acreditamos. Não podemos desistir do nosso país", complementou.

O deputado federal José Medeiros (PL), que foi vice-líder de Bolsonaro no Congresso durante o governo passado, criticou a decisão do TSE. Segundo ele, a con-

denação não prejudica apenas o ex-presidente.

"Não se trata de um ataque somente ao ex-presidente, mas a uma parcela gigante da população, mais de 50 milhões, que é ferida naquilo que deveria ser mais sagrado dentro de uma democracia: a liberdade e o respeito às leis. O que acontece no Judiciário atual do Brasil é uma mancha histórica!! (sic)", escreveu em suas redes sociais.

O deputado Abílio Brunini (PL) compartilhou um post da página Assembleia dos Valores e que classificou a decisão como "golpe a democracia". "Lamentável", se limitou a dizer em sua página.

O CASO - O TSE julgou a conduta de Bolsonaro durante reunião

realizada com embaixadores, em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada, para atacar o sistema eletrônico de votação. A legalidade do encontro foi questionada pelo PDT.

Além de ser realizado no Alvorada, o evento foi pela transmitido pela TV Brasil, emissora de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Por unanimidade, o TSE absolveu o general Braga Netto, candidato a vice-presidente da República na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Todos os ministros entenderam que ele não teve relação com a reunião. O nome dele foi incluído no processo pelo PDT.

Para o ministro Alexandre de Mora-

es, presidente do TSE, Bolsonaro usou a estrutura pública para fazer ataques ao Poder Judiciário e a seus membros durante a reunião e divulgar desinformação e notícias fraudulentas para descredibilizar o sistema de votação. Entre as falas, Bolsonaro insinuou que não seria possível auditar os votos dos eleitores.

"A resposta que a Justiça Eleitoral dará a essa questão confirmará a fé na democracia, no Estado de Direito, no grau de repulsa ao degradante populismo renascido a partir das chamadas de discurso de ódio, discursos antidemocráticos e que propagam desinformação, divulgada por milicianos digitais", afirmou.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Governador diz que relator da reforma não cumpriu acordos firmados com gestores e articula força-tarefa para fazer mudanças no texto

## Mauro quer 'contra-atacar' relator



Da redação

O governador Mauro Mendes (União) desaprovou o texto da reforma tributária que foi apresentado pelo relator do processo na Câmara Federal, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na última semana. Segundo Mauro, se a matéria for aprovada do jeito que está, Mato Grosso sofrerá grande impacto financeiro nos próximos anos. Ele ainda destacou que o relator do projeto não cumpriu alguns acordos que foram feitos durante uma reunião. Entre eles, o de manter o Fundo de Transporte e Habitação (Fethab).

"Não gostei do que vi, é muito ruim para Mato

Grosso e vamos aprofundar. Hoje, durante o dia, eu vou receber um relatório da Secretaria de Fazenda, com algumas análises mais detalhadas, porque esse tema é complexo e de difícil compreensão pela grande maioria absoluta dos brasileiros e vamos ter um posicionamento mais claro, mas preliminarmente, na forma como o texto apresentado, inclusive o relator ele não cumpriu com alguns compromissos, né?! De preservar, por exemplo, o Fethab", disse Mauro, em entrevista à imprensa na segunda-feira, 26 de junho.

Mauro destacou que o fundo é importante para o Estado, especialmente na área de infraestrutura, que pode sofrer grandes impactos sem a cobrança. O governador prometeu que vai se unir com outros governadores, em especial os que são produtores, para "contra-atacar" a nova proposta, numa tentativa de reformular o texto, além de convocar os



Entre os acordos que não foram cumpridos, Mauro destaca a manutenção do Fethab, que pode tirar bilhões dos cofres do Estado

deputados federais e senadores do Estado para articular emendas à reforma.

"Eu só vou entender melhor agora todos os detalhes. Já falei com alguns governadores e

vamos contra-atacar porque, se for ruim para Mato Grosso, não vai ter o nosso apoio. Vou pedir o apoio dos nossos parlamentares e vamos fazer campanha lá em Brasília com aqueles que

estão sendo afetados", comentou.

"Eu tenho feito a minha parte, que é, primeiro, compreender com mais profundidade aquilo que está acontecendo para não ficar

falando bobagem e, obviamente, também fazer um trabalho em defesa do Brasil, mas de Mato Grosso que eu represento nesse momento, o Executivo de Mato Grosso", complementou.

Antes da apresentação do texto, o governo projetou ter R\$ 7 bilhões a menos nos cofres nos próximos anos caso a Reforma Tributária fosse aprovada. Essa perda é referente à mudança na forma de cobrança de ICMS para o local de consumo. Como Mato Grosso tem um pequeno mercado consumidor, mas é um grande produtor, o estado sairia perdendo com a alteração.

Além disso, há uma preocupação em manter os benefícios fiscais que incentivam a industrialização do Centro-Oeste. O texto anterior da reforma tributária acabava com esses incentivos e criava um Fundo de Desenvolvimento Regional, que foi considerado insatisfatório pelos governadores.

## SUSPEITA DE RACHADINHA

## Depoimento de Edna causa tumulto na Câmara

Da redação

A sessão ordinária de quinta-feira, 29 de junho, foi tumultuada na Câmara de Cuiabá, com trocas de acusações e

áudio cortado, que levaram à suspensão da reunião. O motivo dessa confusão foram as declarações feitas pela vereadora Edna Sampayo (PT), durante seu

depoimento à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, no processo que apura denúncia de rachadinha com verba indenizatória de sua chefe de gabinete.

Tudo começou quando o presidente da Casa, vereador Chico 2000 (PL), rebateu declarações da petista de que ele teria demitido a ex-chefe de gabinete dela, Laura Abreu, quando ela estava grávida. Edna ainda afirmou que Chico poderia ter praticado o mesmo ilícito do qual a vereadora está sendo acusada. Em resposta, Chico disse que as falas da petista sobre ele foram covardes e indecentes.

"Todos sabem que a vereadora Edna demitiu do seu gabinete a sua chefe de gabinete durante um período de gravidez. Quem demitiu foi a vereadora Edna! A Presidência desta Casa e a

Mesa Diretora desta Casa não interferem na gestão do gabinete. A gestão do gabinete é de competência e de responsabilidade do vereador. A Mesa Diretora tão somente cumpre o rito administrativo, o processo administrativo, respaldado sempre. Mas, não sei porque motivos, a vereadora Edna declarou publicamente que o responsável pela demissão da chefe de gabinete dela foi o presidente, vereador Chico 2000", afirmou.

Após ser acusado por Edna de também praticar rachadinha, Chico pediu para que o secretário de Apoio Legislativo, Eronildes Luz, faça um levantamento desde o primeiro dia seu mandato como vereador e entregue uma certidão, no prazo de 48 horas, sobre sua vida parlamentar.

Edna chegou a pedir direito de resposta, que

foi negado por Chico. O áudio foi cortado por alguns segundos. Em seguida, o vice-presidente da Câmara, vereador Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania), assumiu a presidência da sessão. Ele começou ironizando as suspeitas levantadas por sua colega durante o depoimento na Comissão de Ética.

"O presidente da Comissão [de Ética e Decoro Parlamentar] sou eu, vereadora Edna. Eu participei de rachadinha? Eu fui absolvido com rachadinha? Pelo amor de Deus! Aonde a senhora viu meu nome envolvido? Meu nome envolvido com rachadinha? Eu gostaria que a vereadora Edna provasse onde tem essa matéria, que meu nome está envolvido com rachadinha aqui. Eu quero que ela prove isso daí", frisou.

Depois, a sessão foi suspensa por cinco minutos. No retorno, Rodrigo anunciou que vai acionar a Justiça para que obrigar Edna a comprovar todas as acusações que fez contra ele. O vereador destacou que, caso seja comprovado que ele cometeu o crime, ele renunciaria ao cargo.

"Quero aqui constar o ato da vereadora Edna como um ato indecente, de fazer uma publicação dessa, vergonhosa. Eu quero que ela prove isso, porque vou cobrar judicialmente essa situação da vereadora Edna, que fez uma fala irresponsável, totalmente inescrupulosa. Infelizmente, a vereadora Edna não sabe o que está falando e está jogando palavras ao vento, acusando colegas de Parlamento que nunca tiveram seu nome envolvido em qualquer tipo de situação", disse.



Em depoimento à Comissão de Ética, Edna afirmou que outros vereadores também já foram acusados de rachadinha

## ALIANÇAS EM JOGO

## Lúdio Cabral insiste em manter oposição a Emanuel

Da redação

A direção do Partido dos Trabalhadores (PT) vai precisar enfrentar os demais integrantes da federação Brasil da Esperança, PCdoB e PV, para tentar garantir uma candidatura de oposição ao atual prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB). A avaliação é do deputado estadual Lúdio Cabral (PT), propenso candidato, que destaca a necessidade de as lideranças resolverem essa difícil equação.

O assunto é delicado porque o PT municipal é oposição à atual gestão, mas está federado com o PV, cujo presidente é o vice-prefeito José Roberto Stopa, que se mantém fiel à aliança com Emanuel e deseja

ser o candidato ao Palácio Alencastro no ano que vem. Mesmo não participando da federação, o prefeito deu o tom na candidatura da federação no pleito do ano passado, quando sua esposa, a primeira-dama Márcia Pinheiro (PV), foi candidata ao Governo do Estado.

"O PT tem já essa posição formal de oposição. É lógico que nós não podemos considerar que o PT está numa federação em que tem o PV, que tem o vice-prefeito, que é pré-candidato a prefeito. É uma pré-candidatura legítima. É legítimo que o prefeito de Cuiabá queira ter um candidato que defenda a sua gestão", disse em entrevista à imprensa na última sexta-feira, 23 de junho.

"Agora o PT faz oposição e terá candidato ou candidata também. Essa equação vai ter que ser resolvida em algum momento. Eu sinceramente não sei como ela será resolvida. Mas ela deve ser resolvida até 2024", destacou.

Na sexta, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, esteve em Cuiabá para participar de uma série de reuniões para discutir as eleições de 2024. O partido pede que os diretórios regionais definam até novembro, o nome que vai representar a sigla na corrida eleitoral.

Gleisi defendeu que a federação caminhe junto com apoio de siglas que compuseram o arco de aliança, por isso, estipulou que essa defini-

ção deve ocorrer até o fim do ano.

Além de Lúdio, o PT ainda tem como pré-candidata a ex-deputada federal Rosa Neide, que atualmente está diretora-executiva Administrativa, Financeira e de Fiscalização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

"Eu tenho uma posição, uma leitura de que nós devemos tratar disso aqui em Cuiabá em 2024. Eu, pessoalmente, só me posicionarei em 2024. Mas é o que eu pretendo. Acabei de ouvir essa notícia nova da presidente, que eles querem acelerar esse debate para até outubro já ter posição, principalmente nas maiores cidades do país. Vamos avaliar a discussão que vai acontecer", destacou.



Lúdio afirma que PT se manterá na oposição a Emanuel e vai ter candidato para enfrenta-lo, mesmo com a federação

**VAI À SANÇÃO**

Sob protesto dos pescadores, deputados aprovam proibição de transporte dos peixes dos rios de MT com 15 votos favoráveis e 8 contrários

# Assembleia aprova Transporte Zero

**Da redação**

Sob protesto dos pescadores, os deputados estaduais aprovaram o substitutivo integral ao projeto de lei do governo que proíbe o transporte, armazenamento e comercialização de peixes dos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos, apelidado de "Transporte Zero". A votação final da matéria ocorreu durante a sessão ordinária de quarta-feira, 28 de junho.

Foram 15 votos favoráveis e 8 contrários à proposta (veja no final como cada deputado votou). Agora, o texto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União) e a proibição começa a valer no dia 1º de janeiro de 2024.

A proposta do governo causou polêmica desde que chegou à Assembleia, no início do mês. A base do governo conseguiu que a mensagem tramitasse em regime de urgência urgentíssima, uma manobra para acelerar sua aprovação e evitar o



Assembleia foi 'tomada' por manifestantes favoráveis e contrários ao Transporte Zero, mas votação foi tranquila

que aconteceu em 2019, quando o Executivo arquivou um projeto semelhante, o Cota Zero, após várias críticas.

Para tentar amenizar o impacto da proibição aos pescadores, os deputados elaboraram um substitutivo integral, que alterou principalmente o auxílio que será pago aos pescadores profissionais nos primeiros três anos de vigência da lei. No texto original, o governo pretendia pagar um salário mínimo (R\$ 1.320) apenas no primeiro ano, reduzindo para 50% do valor no segundo ano e

25% no terceiro. Agora, a mensagem garante o pagamento de um salário mínimo durante os três anos, exceto durante o período de defeso (piracema).

Além disso, o texto dos parlamentares retira algumas restrições que haviam sido estabelecidos pelo Executivo para conceder o benefício, como a exigência de que o pescador não tenha outra fonte de renda.

Para defender a proposta, o governador tem dito que recebe constantes reclamações, até mesmo de pescadores,

de que não estão encontrando peixes nos rios de Mato Grosso. Ele destacou que a medida vai ajudar no repovoamento dos rios, além de fortalecer o setor turístico do Estado, por meio da pesca esportiva.

Já os contrários a propositura, como o deputado Wilson Santos (PSD), têm ressaltado que a matéria é carregada de vícios. Entre eles, a falta de estudos sobre impacto da medida na cadeia pesqueira e o desrespeito a convenção da Organização Internacional do Trabalho

(OIT) que obriga a ouvir a população indígena e ribeirinha antes de realizar qualquer ação ou obra que impacte a comunidade.

O mesmo argumento foi usado pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF-MT), que instaurou um inquérito civil para acompanhar a tramitação do projeto.

Em portaria publicada na edição do Diário Oficial do MPF de segunda-feira, 26 de junho, o procurador Ricardo Pael Ardenghi destacou que o inquérito tem objetivo de acompanhar a trami-

tação do projeto, para saber se os povos tradicionais impactados com a medida, como ribeirinhos, indígenas e pescadores artesanais, foram consultados, como prevê a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

**VEJA COMO VOTARAM\*****Contrários - 8**

Dr João (MDB)  
Elizeu Nascimento (PL)  
Lúdio Cabral (PT)  
Sebastião Rezende (União)  
Valdir Barranco (PT)  
Wilson Santos (PSB)  
Thiago Silva (MDB)  
Faissal (Cidadania)

**Favoráveis - 15**

Beto 2 a 1 (PSB)  
Carlos Avallone (PSDB)  
Cláudio Ferreira (PTB)  
Diego Guimarães (Republicanos)  
Dilmar Dal Bosco (União)  
Dr. Eugênio (PSB)  
Fábio Tardin (PSD)  
Gilberto Cattani (PL)  
Julio Campos (União)  
Max Russi (PSB)  
Paulo Araújo (PP)  
Reck Júnior (PSD)  
Silvano Amaral (MDB)  
Valmir Moretto (Republicanos)  
Valter Miotto (MDB)

\* A Presidência leu apenas os nomes dos deputados que votaram contrários e o placar final da votação. Como todos os 24 deputados estavam presentes, a lista dos favoráveis contém os nomes de quem não votou contra.

**ALTERAÇÕES NO PROJETO**

## "Foi uma vitória muito grande", avalia Júlio Campos

**Da redação**

O deputado estadual Júlio Campos (União) afirmou que a aprovação do Transporte Zero nesta quarta-feira, 28 de junho, "foi uma vitória muito grande" para quem defende os pescadores, devido às modificações que a Assembleia Legislativa conseguiu emplacar em relação ao texto original encaminhado pelo governo. O texto aprovado foi o substitutivo integral nº 2, de autoria dos deputados, que recebeu 15 votos favoráveis e apenas 8 contrários.

Proposto pelo governo do Estado em maio, o Transporte Zero prevê a proibição do transporte,

armazenamento e comercialização de peixes dos rios de Mato Grosso durante 5 anos.

"Foi uma vitória muito grande, porque se fosse a dependência do governo, lamentavelmente o projeto seria muito prejudicial aos pescadores, às pessoas que vivem da pesca, aos fornecedores e eu acho que não tinha outra saída", avaliou Júlio.

Entre as modificações feitas no substitutivo está o valor do benefício que será pago aos pescadores. O texto inicial do governo previa o pagamento de um salário mínimo (R\$ 1.320) no primeiro ano, caindo para metade no 2º ano e 25% no terceiro ano.

Agora, o valor é o mesmo durante os três anos.

Além disso, foi incluído um dispositivo determinando que seja feita uma reanálise da eficácia da lei após três anos, em 2027, para avaliar se é necessário manter a proibição durante mais dois anos. A análise será feita pelo Observatório Estadual da Assembleia Legislativa, que será formado por representantes das categorias afetadas e três deputados estaduais.

"Através do observatório estadual que vai ser implantado pela Assembleia de Mato Grosso, nós iremos observar se valeu ou não essa lei. Se não tiver benefício nenhum, só valerá nesses

três anos que for aprovado", pontuou.

Segundo Júlio, os deputados também garantiram a destinação de R\$ 40 milhões para projetos que visem garantir a capacitação dos pescadores, incluindo linhas de crédito para aquisição de equipamentos.

Júlio afirmou ainda que havia um consenso na Assembleia para aprovação do Transporte Zero.

"A bancada majoritária estava a favor de aprovar o Cota Zero, até porque, numa pesquisa de opinião pública, feita pela Assembleia, a grande maioria da população de Mato Grosso também concorda com esse projeto", concluiu.



Júlio diz que modificações feitas pelos deputados representam "grande vitória"

**ATÉ A ÚLTIMA INSTÂNCIA**

## Deputados prometem acionar Justiça e até Lula

**Da redação**

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) prometeu ir "até o fim do mundo" para derrubar o projeto de lei conhecido como "Transporte Zero", que proíbe o transporte, armazenamento e comercialização de peixes dos rios de Mato Grosso pelos próximos cinco anos. O texto foi aprovado pela Assembleia Legislativa na quarta-feira, 28 de junho, com 15 votos favoráveis e 8 contrários.

Além de acionar a Justiça para contestar supostas ilegalidades no projeto, Wilson busca uma agenda com o presidente Lula (PT), na tentativa de atrair a União para o debate.

"Nós vamos ao Poder Judiciário, estamos articulando uma audiência com o presidente Lula. O ministro Carlos Fávaro já pediu essa audiência ao presidente, ele pediu um tempo ao ministro, mas vai nos receber. Nós vamos até o fim do mundo, porque o projeto é uma

profunda injustiça, fere a Constituição, fere a Lei Federal da Pesca... Nós vamos continuar a luta", afirmou Wilson.

Quem também pretende acionar a Justiça para derrubar o Transporte Zero é o deputado estadual Lúdio Cabral (PT). Em conversa com jornalistas, ele enfatizou que o Ministério Público Federal (MPF) já abriu inquérito para acompanhar a tramitação do projeto e o possível descumprimento da Convenção 169 da Organi-

zação Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que determina a consulta prévia e informada dos povos originários em projetos que afetam seu estilo de vida.

"O Estado de Direito terá que, por meio de outras ferramentas, dar conta disso. Já há o inquérito do Ministério Público Federal, o Ministério da Agricultura e da Pesca produziu uma nota técnica em que aponta cada uma das ilegalidades desse pro-

jeto e havendo necessidade nós vamos, lógico, acionar esses outros instrumentos do Estado de Direito para rejeitar e para derrubar essa lei", afirmou.

Apesar de sempre terem militado em campos opostos na política, Wilson e Lúdio se uniram na oposição ao Transporte Zero. Eles sustentam que os pescadores não são responsáveis pelo esgotamento do estoque pesqueiro e afirmam que o governo do Estado tem sido omissivo em fiscali-

zar os verdadeiros causadores do problema.

"O esgoto in natura que é jogado no rio Cuiabá, o agrotóxico que contamina as nascentes, o assoreamento, o funcionamento de dragagens no período da Piracema, a construção de barragens hidrelétricas, esses são os verdadeiros vilões para a redução do estoque pesqueiro e para danificar a qualidade da água. Esses são os verdadeiros vilões, não o pescador profissional", afirmou Wilson.

## NOVO TRIBUTO

A cobrança, no valor de R\$ 21,20, será feita pela fatura de consumo de água, com vencimento na data já definida pelo consumidor

# Taxa do lixo vem na próxima conta

Luiz Alves | Pref. de Cuiabá



## Da redação

A cobrança da taxa de coleta de lixo entrará em vigor no próximo mês. Segundo informações da Prefeitura de Cuiabá, neste ano, 75% dos imóveis estarão isentos do pagamento. Os demais imóveis terão o valor da taxa adicionado à fatura de consumo de água, que deverá ser paga até a data de vencimento estabelecida pelo município.

Essa arrecadação está de acordo com o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei Federal 14.026/2020), que é obrigatório e foi aprovado pela maioria dos deputados federais e sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os valores para o ano de 2023 foram definidos pela Lei Complementar municipal nº 522. Para uma coleta de lixo três vezes por semana, o valor será de R\$ 10,60, enquanto para uma coleta de seis vezes por se-

mana, será de R\$ 21,20. Essa cobrança será válida de julho a dezembro deste ano.

É importante ressaltar que a cobrança da taxa de lixo será realizada pela Concessionária Águas Cuiabá. No entanto, o contribuinte tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retirada dessa cobrança da fatura de consumo de água. Nesse caso, a cobrança será feita pela Secretaria Municipal de Fazenda do município.

**ISENTOS DA COBRANÇA** - Publicado na edição da Gazeta Municipal da última sexta-feira (23), o Decreto nº 9.692 assegura a isenção no pagamento da taxa de coleta de lixo à diversas classes e segmentos da sociedade civil. Serão beneficiados, por exemplo, aposentados, pessoas atendidas com isenção de tarifa de água e imóveis onde residem pessoas cujo consumo mensal de água não ultrapasse 15m³. Junto desses, templos religiosos, imóveis de diferentes associações, estabelecimentos beneficentes e assistenciais, também terão direito a desobrigação de pagamento da taxa.

## VEJA A LISTA:

I - Estabelecimentos beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento



Para este ano, 75% dos imóveis serão isentos do pagamento do tributo

exclusivo a indigentes, à infância, à juventude e à velhice, desamparada;

II - Templos de qualquer culto;

III - Imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso exclusivo do objetivo social das entidades imunes pela Constituição Federal, quando em regime de comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação "in loco" pelo Órgão Municipal competente;

IV - Imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio,

de cegos (as), inválidos (as), idosos (as), viúvos (as) e aposentados (as), com um único imóvel e com rendimento de até 03 (três) salários mínimos vigentes na data de lançamento do IPTU, sujeito, entretanto, à análise e concessão pela Secretaria Municipal de Finanças;

V - Imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio, de ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira - FEB, ou sua viúva, desde que apresente um dos documentos constantes do Regulamento;

VI - Imóveis onde

funcionam a Academia Mato-grossense de Letras, a Casa da Cultura, a sede da Associação Mato-grossense dos Magistrados, a sede da Associação Mato-grossense do Ministério Público, a sede da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso;

VII - Imóveis pertencentes às associações de moradores de bairro, de idosos, de deficientes, clubes de mães e centros comunitários;

VIII - Imóveis locados, cedidos por dação em pagamento, ou por regime de comodato para uso da Administra-

ção Pública Municipal, direta ou indireta, durante o período de sua ocupação;

IX - Imóveis onde residem pessoas beneficiadas com isenção de tarifa de água, conforme cadastro de isentos dessa tarifa mantido pela concessionária de serviços públicos de água e esgoto sanitário;

X - Imóveis onde residem pessoas cujo consumo mensal de água não ultrapasse a 15m³ (quinze metros cúbicos), conforme regularmente aferido pela Concessionária de serviços públicos de água e esgoto sanitário.



Ilustração | Gilberto Leite

Em Mato Grosso, mais de 40 famílias estão em situação de trabalho infantil

## EXPLORAÇÃO

## Crianças e adolescentes de 10 cidades de MT estão trabalhando

## Da redação

Com uma população de 3,6 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE de 2021, Mato Grosso registrou casos de tráfico de pessoas e trabalho infantil nos últimos anos. Os dados foram divulgados pelo Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil e revelam que 10 municípios, dos 141 existentes no estado, têm crianças ou adolescentes de até 15 anos em situação de trabalho infantil.

Essas informações foram coletadas por meio de uma iniciativa conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a colaboração da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dez municípios em questão são: Confresa, Juara, Sorriso,

Água Boa, Primavera do Leste, Santo Antônio do Leverger, Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Pontes e Lacerda.

Os dados foram obtidos a partir das informações inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Vale ressaltar que a ausência de registros administrativos não implica necessariamente na ausência de casos.

Outro dado destacado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio do Observatório, é que Mato Grosso possui 43 famílias em situação de trabalho infantil. Essas famílias estão distribuídas em 17 cidades: Aripuanã, União do Sul, Sinop, Sorriso, Alto Boa Vista, Ribeirão Cascalheira, Campinápolis, Diamantino, Campo

Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Poconé, Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Itiquira, General Carneiro e Campinápolis.

**TRABALHO INFANTIL** - Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, trabalho infantil é caracterizado pelo trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida pela legislação do país. No Brasil, a idade mínima para o trabalho é 16 anos. No entanto, a partir dos 14 anos, os adolescentes podem trabalhar como aprendizes, desde que observem as regulamentações referentes à aprendizagem profissional.

Caso você queira denunciar casos de trabalho infantil, acesse o canal da Auditoria Fiscal do Trabalho em ipetra@trabalho.gov.br ou ligue gratuitamente para o Disque Direitos Humanos - Disque 100.

## PERÍODO PROIBITIVO

## Equipes do Corpo de Bombeiros são reforçadas em 60 municípios

## Da redação

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT) definiu para a Fase de Resposta do Plano de Operações para a Temporada de Incêndios Florestais (POTIF) a presença de mais equipes e brigadas em 60 municípios do Estado, contando com os municípios que já possuem unidades operacionais da corporação. As cidades foram definidas conforme um estudo dos focos de calor monitorados via satélite pelas equipes dos Comandos Regionais e Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), subordinada à Diretoria Operacional.

"Todos os municípios onde serão instalados instrumentos de resposta temporários foram escolhidos a partir dos registros de focos de calor, a fim de coibir os incêndios nas regiões mais críticas do Estado. Ao longo do período proibitivo do uso de fogo, parte dos instrumentos podem ser deslocados, além do reforço com a implantação de mais equipes em campo para garantir um combate ao incêndio mais efetivo", explicou o comandante do BEA, tenente-coronel Marco Aires, durante a reunião na segunda-feira (26) do Comitê do Fogo.

Em 2023, o Plano de Operações da Tempo-

rada de Incêndios Florestais (POTIF) prevê a implantação de 81 instrumentos de resposta, composto por 25 unidades do Corpo de Bombeiros, 29 Brigadas Estaduais Mistas, 17 Brigadas Municipais Mistas, sete Bases Descentralizadas Bombeiro Militar e quatro Equipes de Intervenção e Apoio Operacional.

Os instrumentos de resposta são distribuídos nas sete regiões do Corpo de Bombeiros conforme definição da fase de respostas contida no POTIF, a fim de combater os incêndios florestais em municípios e biomas com maiores registros de focos de calor.

Os municípios onde os instrumentos de resposta serão instalados, estrategicamente, são: Cuiabá, Várzea Grande, Barão de Melgaço, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Jaciara, Campo Novo do Parecis, Rondonópolis, Primavera do Leste, Paranatinga, Alto Paraguai, Feliz Natal, Nova Ubiratã, União do Sul, Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Poconé, Gaúcha do Norte, Rosário Oeste, Cláudia, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Nova Mutum, Colíder, Guarantã do Norte, Nova Maringá, São José do Rio Claro, Água Boa, Barra do Garças, Alto Araguaia, Bom Jesus do Araguaia, Coca-

linho, Confresa, Novo Santo Antônio, Ribeirão Cascalheira, Nova Xavantina, Cáceres, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aripuanã, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Nova Bandeirantes, Pontes e Lacerda, Apiacás, Canarana, Comodoro, Juína, Jauru, Marcelândia, Alta Floresta, Nova Monte Verde e Peixoto de Azevedo.

**PERÍODO PROIBITIVO** - A partir de julho ficará proibido o uso do fogo para limpeza e manejo de áreas rurais e urbanas em Mato Grosso, conforme o decreto nº 259/2023. O decreto declara situação de emergência ambiental entre maio e novembro, o que possibilita a mobilização de esforços governamentais para a prevenção e combate aos incêndios e as contrações e aquisições necessárias ao período de alto risco de incêndios florestais.

Para o combate de incêndios florestais e desmatamento ilegal neste ano, o Governo destina o investimento de R\$ 77,4 milhões. O recurso teve um aumento de 29% em comparação com o investimento de R\$ 60 milhões do ano passado e representa o aumento das ações do Governo de MT para conservar o meio ambiente.

**OLHO VIVO**

Postos de combustíveis pedem fiscalização sobre distribuidoras para impedir antecipação do aumento nos preços da gasolina e do etanol

# Volta de impostos preocupa o setor

**Gabriel Soares**

Representante dos postos de combustíveis de Mato Grosso, o Sindipetróleo manifestou preocupação com a volta da cobrança integral de PIS/Cofins sobre os combustíveis, que devem levar a um aumento de 33 centavos no litro da gasolina e 22 no etanol a partir do próximo sábado, 1º de julho. A preocupação é que o reajuste de preços seja antecipado pelas distribuidoras de combustíveis, mas a fiscalização aconteça apenas nos postos.

Em nota, o Sindipetróleo pede que os órgãos fiscalizadores atuem para verificar alterações de preços nesses outros elos da cadeia, especialmente nas distribuidoras

de combustíveis. As empresas que atuam na distribuição não têm relação direta com o público consumidor. Por isso, não são alvos de cobrança e pressão, nem do público nem dos órgãos fiscalizadores.

“É importante que os órgãos fiscalizadores acompanhem e verifiquem as alterações de preços em toda a cadeia de distribuição e revenda, garantindo a transparência, identificando corretamente onde estão ocorrendo os reajustes”, pontua o diretor-executivo do Sindipetróleo, Nelson Soares.

“Os revendedores são afetados por majorações realizadas pelas companhias distribuidoras e é essencial que essas situações sejam monitoradas e divulgadas adequadamente”, completou.

O aumento já era esperado desde fevereiro. Isso porque o governo decidiu dividir em duas etapas a retomada dos impostos federais que incidem sobre a gasolina e o etanol. A primeira ‘parcela’ da reoneração aconteceu em 1º de março, por força de uma



Postos temem que distribuidoras antecipem aumento de até 33 centavos sobre a gasolina e 22 sobre o etanol

medida provisória. A segunda etapa da reoneração foi marcada para 1º de julho.

Esse aumento acontece duas semanas após a Petrobras reduzir os preços da gasolina nas refinarias em 13 centavos por litro. A redução foi anunciada no dia 15 de junho e só chegou aos postos de Cuiabá na se-

mana passada, quando o preço médio da gasolina sofreu recuo de 12 centavos.

**SEGUNDA NO MÊS** - Esta é a segunda vez no mês que um reajuste na tributação força o aumento dos preços dos combustíveis. No começo de junho, os preços da gasolina e do etanol sofreram aumentos devido

à nova alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Antes, o ICMS era calculado com percentual (entre 17% e 18%) sobre o preço médio dos combustíveis. Agora, o imposto consiste em um valor fixo, em reais por litro. Esse valor é único em todo o território

nacional, o que levou ao aumento do preço dos combustíveis em 24 estados.

**PREÇOS EM QUEDA** - Os preços dos combustíveis voltaram a cair nos postos de Cuiabá durante a última semana, principalmente a gasolina, que apresentou recuo de até 16 centavos no preço médio. Os dados foram coletados pela pesquisa semanal de preços da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) para a semana encerrada no sábado, 24 de junho.

Os dados da ANP mostram que os motoristas de Cuiabá finalmente perceberam os efeitos do corte de preços realizado pela Petrobras no dia 15 de junho, quando o preço da gasolina nas refinarias foi reduzido em 13 centavos.

O preço médio da gasolina encerrou a semana em R\$ 5,20, tanto para a gasolina comum quanto para a aditivada. Isso representa uma redução de até 16 centavos por litro, no caso da gasolina aditivada, que era vendida por R\$ 5,36 na semana anterior.

**8% EM ABRIL**

## Desemprego atinge o menor nível em oito anos

**Ana Cristina Campos/ABR**

A taxa de desocupação, que mantinha relativa estabilidade em torno de 8,5%, voltou a recuar com mais força no último bimestre, atingindo em abril o patamar de 8% na série dessazonalizada, menor nível em oito anos.

Os dados foram calculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a par-

tir da série trimestral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A melhora de algumas variáveis ligadas aos rendimentos, subocupação e desalento confirmam esse cenário mais otimista para o mercado de trabalho.

Em abril, na comparação com o mês anterior, a

população ocupada apresentou a quarta expansão consecutiva, com aproximadamente 99,2 milhões de pessoas. “Adicionalmente, enquanto a ocupação formal registrou crescimento médio interanual de 3,2%, no último trimestre, encerrado em abril, a população ocupada informal apresentou retração de 0,6%, nessa mesma base de comparação”, diz o Ipea.

Segundo a análise, o recorte setorial mostra que o crescimento da ocupação tem ocorrido de forma generalizada, mas com diferente intensidade. Nos últimos 12 meses, encerrados em abril, todos os setores tiveram criação de empregos, com destaque para o comércio (376,2 mil), os serviços administrativos (264,5 mil), a indústria de transfor-

mação (204,9 mil) e a construção civil (191,6 mil). Em abril, o contingente de 107,9 milhões de pessoas pertencentes à força de trabalho era 0,8% menor que o observado no mesmo período do ano anterior.

De acordo com o estudo, nos últimos 12 meses a população desalantada registrou queda de 15,8%. Os números caíram de 4,3 milhões,

em abril do ano passado, para 3,5 milhões em abril deste ano. Além da queda do número de desalentados, foi observada retração da parcela de indivíduos que estão fora da força de trabalho devido ao estudo, às obrigações domésticas, a problemas de saúde, entre outros motivos, que não desejam retornar à atividade, mesmo diante de uma proposta de emprego.

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

**Esquadrias de ALUMINÍO**

**Vidraçaria & Serralheria**

**LINHAS:**

- Suprema
- Gold
- 30 Infinite
- 42 Reforçada

**CORES:**

- Bronze
- Branca
- Prata Fosca
- Amadeirado
- Preto

**SERRALHERIA COMPLETA**

Máquinas de última geração

Todas as nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

**NOSSOS PRODUTOS**

- Emvidramento de Sacadas
- Box para Banheiro
- Espelhos
- Coberturas de Vidro
- Guarda-Corpo de Vidro
- Esquadrias de Alumínio
- E muito mais...

Fale Conosco  
**(65) 3642-3344**  
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285  
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175  
www.casadosvidrosmt.com.br

**SINOMACH**

## Governo tenta atrair empresa chinesa para Mato Grosso

**Da redação**

O governador Mauro Mendes e a diretoria da empresa chinesa Sinomach estreitaram uma parceria para a realização de estudos que vão mostrar a viabilidade para investimentos do conglomerado empresarial em Mato Grosso.

A reunião ocorreu na manhã de sexta-feira (23), no Palácio Paiaçu, em Cuiabá. A China National Machinery Industry Corporation (Sinomach) é uma das maiores empresas do mundo e possui negócios na fabricação de ferramentas, equipamentos de construção, equipamentos agrícolas e construção de infraestrutura.

“A Sinomach é um grupo robusto que tem a atuação em diversas áreas, como infraestrutura, energia solar, armazenagem e tecnologias de ponta. E nós conversamos sobre o possível cooperação deles com empresas de Mato Grosso. O Governo do Estado pode ser uma ponte, porque a Sinomach é uma empresa do

governo chinês, o que é muito comum lá. E eles sempre se sentem muito confortáveis quando esse diálogo acontece com o Governo”, relatou o governador.

Durante a conversa, Mauro Mendes reforçou as potencialidades de Mato Grosso no agronegócio e na indústria e sugeriu os estudos para viabilizar as parcerias nos mais diversos segmentos abrangidos pela empresa.

“Temos uma visita programada para o segundo semestre ao mercado chinês, que é o maior mercado para exportação dos produtos brasileiros de Mato Grosso. Nós queremos, com isso, aprofundar essas relações. Eles demonstraram muito interesse em investir em nosso estado, e poderão trazer grandes contribuições à transformação dos nossos produtos do agronegócio em produtos de maior tecnologia, além de cooperações em áreas que podem também trazer grandes dividendos para nosso estado”, registrou.

O CEO da Sinomach, Cai Jibo, destacou que o potencial de Mato Grosso é “gigante” e ficou impressionado ao descobrir que o estado pode dobrar a produção de alimentos nos próximos anos.

“Mato Grosso tem muito potencial no armazenamento e 90% dos silos são fabricados na China. Temos interesse em não só adquirir os produtos primários, mas processá-los aqui em Mato Grosso com nossa indústria. Podemos auxiliar na infraestrutura básica, energia solar e outras atividades, como a extração da fibra de carbono do milho. Temos muito interesse em estabelecer essas parcerias”, declarou.

Além do governador e do CEO da Sinomach, Cai Jibo, também participaram o vice-governador Otaviano Pivetta; os secretários de Estado Mauro Carvalho (Casa Civil) e César Miranda; o presidente do Instituto Mato-grossense da Carne (Imac), Caio Penido; e outros diretores da empresa.

## MOSQUITO MORTAL

Mato Grosso registrou crescimento de 1,3% na receita do comércio em abril, enquanto o país teve retração de 0,2%, apontam dados do IBGE

## Dengue já matou 10 pessoas

Joel Rodrigues/Agência Brasília



## Da redação

Em seis meses, Mato Grosso já registrou 10 mortes por dengue. Os dados foram divulgados no Informe Epidemiológico Nº 9, atualizado em 19 de junho e divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) na última segunda-feira, 26. Os óbitos foram registrados em municípios do interior: Colíder, Diamantino, Marcelândia, Nova Santa Helena, com uma morte cada; e Juína, Primavera do Leste e Rondonópolis, com duas mortes cada.

Além dessas vítimas fatais, a SES-MT ainda investiga outros seis prováveis óbitos causados pela doença. Essas mortes foram registradas em Cuiabá, Colniza, General Carneiro, Nova Xavantina, Poxoréo e Primavera do Leste.

Até o momento, o estado notificou 34.744 casos de dengue, dos quais 19.442 foram con-

firmados e outros 21.230 têm status de prováveis, mas ainda estão em investigação.

O novo informe também aponta que 76 municípios, listados no final da matéria, estão classificados como Alto Risco para dengue e zika. Esses municípios, identificados pela cor vermelha, apresentaram uma incidência de casos acumulados maior ou igual a 300 casos por 100 mil habitantes.

Embora a classificação seja para as duas doenças, de todos esses 76 municípios, apenas Nova Xavantina registrou caso de Zika. Nenhum caso de chikungunya foi registrado.

As regiões com maior número de casos foram: Sul Mato-grossense, com 6.794 casos; Teles Pires, com 1.671 casos; e Sudoeste Mato-grossense, com 1.658 casos.

**VACINA** - A partir dessa semana, o Brasil passa a contar com mais um imunizante autorizado para ser aplicado na população contra a dengue. A vacina estará disponível na rede particular de saúde em todo o país.

Podem se vacinar pessoas de 4 a 60 anos, independentemente de terem sido infectadas pelo vírus da dengue ou não. Inicialmente, a va-

cina será aplicada apenas na rede privada, em clínicas, laboratórios e farmácias. O valor de cada dose varia de R\$ 301,27 a R\$ 402,05, de acordo com a tabela de preços estabelecida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

O esquema vacinal consiste em duas doses, com um intervalo de três meses entre as aplicações, conforme explicou o médico infectologista Thiago Rodrigues. "A vacina é contraindicada para pessoas com alergia aos componentes da vacina e para indivíduos com imunodeficiência (como aqueles com AIDS, em quimioterapia, em uso de imunobiológicos ou transplantados)".

Segundo ele, ainda não há um prazo definido para a disponibilização da vacina na rede pública de saúde. "A liberação da Qdenga pelo SUS aguarda aprovação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) para aplicação na rede pública".

Desenvolvida pelo laboratório japonês Take-da Pharma e batizada por "Qdenga", a vacina recebeu aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em março deste ano.



O novo informe também aponta que 76 municípios, listados no final da matéria, estão classificados como Alto Risco

## GRUPO VERMELHO – ALTO RISCO PARA TRANSMISSÃO

- |                              |                        |                             |
|------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| 1. Acorizal                  | 27. Campo Verde        | 52. Juarena                 |
| 2. Chapada dos Guimarães     | 28. Dom Aquino         | 53. Juara                   |
| 3. Planalto da Serra         | 29. Juscimeira         | 54. Novo Horizonte do Norte |
| 4. Santo Antonio do Leverger | 30. Paranatinga        | 55. Porto dos Gaúchos       |
| 5. Araputanga                | 31. Pedra Preta        | 56. Tabaporã                |
| 6. Cáceres                   | 32. Poxoréo            | 57. Peixoto de Azevedo      |
| 7. Indivaívaí                | 33. Primavera do Leste | 58. Terra Nova do Norte     |
| 8. Mirassol d'Oeste          | 34. Rondonópolis       | 59. Campos de Júlio         |
| 9. Porto Espedirião          | 35. São José do Povo   | 60. Comodoro                |
| 10. Reserva do Cabaçal       | 36. Tesouro            | 61. Conquista d'Oeste       |
| 11. Água Boa                 | 37. Araguaiana         | 62. Pontes e Lacerda        |
| 12. Canarana                 | 38. Barra do Garças    | 63. Rondolândia             |
| 13. Gaúcha do Norte          | 39. Campinápolis       | 64. Vale de São Domingos    |
| 14. Ribeirão Carcalheira     | 40. Nova Xavantina     | 65. Diamantino              |
| 15. Alta Floresta            | 41. Novo São Joaquim   | 66. Lucas do Rio Verde      |
| 16. Apiacás                  | 42. Pontal do Araguaia | 67. Nova Mutum              |
| 17. Nova Bandeirantes        | 43. Ponte Branca       | 68. Nova Uiratã             |
| 18. Nova Monte Verde         | 44. Ribeirãozinho      | 69. Santa Rita do Trivelato |
| 19. Paranaita                | 45. Torixoréu          | 70. União do Sul            |
| 20. Campo Novo do Parecis    | 46. Aripuanã           | 71. Colíder                 |
| 21. Sapezal                  | 47. Brasnorte          | 72. Itaúba                  |
| 22. Tangará da Serra         | 48. Castanheira        | 73. Marcelândia             |
| 23. Confresa                 | 49. Colniza            | 74. Nova Canaã do Norte     |
| 24. Santa Cruz do Xingu      | 50. Cotriguaçu         | 75. Nova Santa Helena       |
| 25. Alto Garças              | 51. Juína              | 76. Serra Nova Dourada      |

## REDUÇÃO DE IMPACTOS

## 70% das pequenas empresas têm agenda ambiental

## Da redação

A média de execução de práticas ESG – siglas em inglês que significam Ambiental, Social e Governança – atingiu 68,61% entre as pequenas empresas, de acordo com pesquisa realizada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso (Sebrae/MT), no mês de agosto de 2022. A preocupação com a redução de impactos do negócio ao meio ambiente foi o aspecto de maior destaque com 75% de realização entre as empresas.

Na sequência ficaram a governança, com 87,2%, e social (43,64%), aponta a "Pesquisa sobre o engajamento dos pequenos negócios brasileiros às práticas ESG".

O objetivo da pesquisa foi diagnosticar o conhecimento e engajamento das micro e pequenas empresas brasileiras em sustentabilidade norteadas por iniciativas ESG.

Do ponto de vista de execução de práticas ambientais e preocupação com a redução de impactos do negócio ao meio ambiente, 75% in-

formaram realizar essas práticas. Quando questionados sobre a execução de práticas sociais, o resultado cai para 56,4%.

"Diferente das práticas ambientais, as ações sociais têm menor aderência nos Pequenos Negócios", destaca a pesquisa.

A governança é a temática mais adotada. Segundo os respondentes, a proporção de pequenos negócios que adotam algum modelo ficou em 87,2%, para 12,78% que não realizam.

"A indicação é de que as micro e pequenas empresas entrevistadas adotam práticas ESG movidas não tanto pela pressão que percebem receber de suas partes interessadas, mas por outras razões, como: compreensão da importância dessas questões para o seu negócio ou a relevância que esses temas têm para a sociedade como um todo", descreve os pesquisadores.

**TENDÊNCIA** - Pesquisas anteriores sobre engajamento dos pequenos negócios brasileiros para com sustentabili-

dade já demonstravam a tendência ESG no Brasil. Naquela época, mais de 90% dos entrevistados consideram importante ou muito importante a sustentabilidade para seu negócio e para o planeta.

"O Brasil é o país que tem a capacidade de fazer uma transformação ou mais, uma revolução verde em toda a sua cadeia produtiva, principalmente os pequenos negócios. Lembrando que majoritariamente o universo empresarial brasileiro é feito de pequenos empreendedores, sejam eles formais

ou informais e isso é muito importante destacar porque esta é a chave", ressalta André Schelini Diretor técnico do Sebrae/MT.

Dentre as práticas mais adotadas estão: a preocupação ambiental com a redução no consumo de água (69,2%), questão social com o cumprimento das obrigações legais trabalhistas – salário e benefícios (92%) e a promoção de conduta ética e transparente por parte dos proprietários e gestores (90,3%), sob o ponto de vista da governança.

## CRESCIMENTO SUSTENTADO

## Intenção de consumo segue em alta

## Da redação

A pesquisa que monitora a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) do mês de junho registrou avanço de 4% sobre o mês anterior, somando 88,6 pontos. Este é o quinto aumento consecutivo observado na pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e analisada pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), que atingia 73,9 pontos no início do ano. Já no comparativo com o mesmo período do ano passado, o avanço chega a 14,47%, quando o índice pontuava 77,4 pontos.

O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, enaltece o avanço da pesquisa observado nos últimos anos, que voltou a apresentar resultados superiores ao período pré-pandêmico.

"O índice apurado na pesquisa atual em Cuiabá mostra uma expansão de longo prazo e um crescimento consistente no consumo das famílias, o que é um dos fatores mais importantes na dinâmica econômica, como pode ser observado nas pesquisas mensais do comércio e de serviços dentro do estado".

Os dados levantados pela CNC mostram que, dentre os subíndices, mais uma vez, apenas o Emprego Atual apre-

sentou recuo, de 0,8%, menor intensidade do que os 3,4% registrado em maio. Apesar da diminuição, a perspectiva profissional para os próximos seis meses avançou 3,38%, ante ao mês anterior, revelando que 51,8% das famílias possuem uma expectativa de melhora profissional.

Wenceslau Júnior esclarece que "o recuo no emprego, observado nos últimos dois meses, ainda não se torna preocupante devido as condições macroeconômicas do momento, porém, pode se tornar um alerta caso continue nessa tendência".

Com relação à Perspectiva de Consumo, o componente apresentou

maior variação positiva (9,8%), seguido do Nível de Consumo Atual (+8,9%) e da Compra a Prazo – Acesso ao crédito (+7,3%). Já o que avalia a Renda Atual cresceu 2,46% no comparativo mensal, com 45,6% das famílias participantes da pesquisa demonstrando avaliação de renda melhor no mês atual do que no mesmo período de 2022.

"O subíndice que revela um crescimento do acesso ao crédito e à perspectiva positiva em relação à renda são muito importantes para a continuidade do consumo e, consequentemente, de uma economia aquecida", concluiu o presidente da Fecomércio-MT.



Com novos avanços, índice de intenção de consumo voltou a apresentar resultados superiores ao período pré-pandêmico